

LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 17.105.817-1, concede LP - Licença Prévia nas condições e restrições abaixo especificadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR			
CPF/CNPJ 04.895.855/0001-89	Nome/Razão Social RECAPADORA FABRICA DOS PNEUS LTDA.		
RG/Inscrição Estadual ---	Logradouro e Número Alameda Virgílio Moreira, 483		
Bairro Nhapindazal	Município / UF Irati/PR		CEP 84.500-532

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO			
Atividade			Porte
Ind. da borracha			Pequeno
Atividade Específica			
Reforma de pneumáticos usados			
Detalhes da Atividade			
comércio e varejo de pneumáticos novos e reforma de pneumáticos usados			
Coordenadas UTM (E-N)		Logradouro e Número	
537398.6 - 7183615.4		Alameda Virgílio Moreira, 483	
Bacia Hidrográfica	Bairro	Município / UF	CEP
Tibagi	Nhapindazal	Irati/PR	84.500-532

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO														
3.1 MATÉRIA-PRIMA														
Descrição												Quant./Dia		
borracha												200.00 kg		
3.2 PRODUTO ELABORADO														
Descrição												Quant./Dia		
pneus recapados												14.00 unid		
3.3 ÁGUA UTILIZADA														
Origem Água				Tipo de Uso				Volume (m³/hora)		Nº Outorga		Coordenadas UTM (E-N)		
Rede Pública				Humano				0,05		--		---		
3.4 EFLUENTES LÍQUIDOS														
Origem Efluente				Forma Tratamento		Destino Final		Vazão (m³/hora)		Nº Outorga		Coordenadas UTM (E-N)		
Efluente de esgoto sanitário				Rede Pública		Rede Pública		0,03		--		---		
3.5 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS														
Ponto de Emissão		Coordenadas UTM (E-N)		Limites de Emissão										
				MPT	CO	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Chaminé 1		537390.4 - 7183653.8		560 (7)	6.000 (7)	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Frequência de Automonitoramento: 1 - Contínuo; 2 - Mensal; 3 - Bimestral; 4 - Trimestral; 5 - Quadrimestral; 6 - Semestral; 7 - Anual; 8 - Bianual; 9 - Trianual; 10 - Quadrianual; 11 - Quinzenal; 88 - À Definir pelo IAP; 99														

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

4. CONDICIONANTES	
1. Este empreendimento de acordo com as características consideradas para emissão desta Licença necessita de Licença de Instalação e de Operação.	
2. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.	
3. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98 e seus decretos reguladores.	
4. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 107, 09 de Setembro de 2020, ensejarão novos licenciamentos, prévio de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.	
5. Os critérios adotados poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.	
6. Não será permitido qualquer tipo de ocupação, construção e/ou obra em área de preservação permanente.	
7. Este empreendimento de acordo com as características consideradas para emissão desta licença necessita de Licença de Operação.	
8. No controle das condições de lançamento, é vedada, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade.	
9. A Licença de Instalação esta condicionada, além da apresentação da documentação prevista na Resolução CEMA 070/2009, à apresentação do Plano de Controle Ambiental - PCA, para análise e aprovação do Instituto Água e Terra, elaborado por técnico habilitado, contemplando:- Diagnóstico dos impactos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, como por exemplo: obras de terraplanagem, corte de vegetação, canalização de nascentes, entre outros, elaborado por técnico habilitado, com as medidas mitigadoras desses impactos; - Projeto de Controle de Poluição Ambiental apresentado de acordo com as Diretrizes específicas deste Instituto Água e Terra, Anexo 2 (quando for LAS) ou Anexo 3 (quando for licenciamento completo) da Resolução CEMA 070/2009.	
10. Fica proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 15 da Resolução SEMA nº016/14.	
11. Quaisquer operações e/ou equipamentos que envolvam a utilização de produtos líquidos poluentes, tais como combustíveis em geral, óleo lubrificante, hidráulico, de corte, produtos químicos em geral e outros eventuais, quaisquer sejam, deverão ser dotados de dispositivos de contenção adequados, instalados nos locais onde a referidas operações forem realizadas e/ou onde os mencionados equipamentos estiverem instalados, para que em casos de vazamentos, estes líquidos permaneçam confinados nos respectivos locais.	
12. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.	
13. A Licença de Operação estará condicionada, além da apresentação da documentação prevista na Resolução CEMA 070/2009, à implantação do Plano referenciado, previamente aprovado pelo Instituto Água e Terra.	
14. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.	

18. A presente Licença Prévia tem a validade acima especificada e foi emitida com o que estabelecem os Artigo 8º, inciso I da RESOLUÇÃO N.º 237/97 - CONAMA e Artigo 3º, Inciso V da Resolução 107/2020 - CEMA, de 09 de Setembro de 2020, concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, bem como atesta sua viabilidade ambiental e estabelece abaixo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação.

[illegible]